



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MALENA SANTOS PEREIRA

**POLÍTICAS E AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
NA BASE DE GÊNERO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE:
O CASO CRAM MARIA FELIPA (2019-2023)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

MALENA SANTOS PEREIRA

**POLÍTICAS E AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
NA BASE DE GÊNERO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE:
O CASO CRAM MARIA FELIPA (2019-2023)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

P493p

Pereira, Malena Santos.

Políticas e ações de combate à violência contra a mulher na base de gênero em São Francisco do Conde : o caso Cram Maria Felipa (2019-2023) / Malena Santos Pereira. - 2024. 51 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2024.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos.

1. Violência contra as mulheres - São Francisco do Conde (BA). I. Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Felipa de Oliveira - Estudo de casos. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 305.4098142

MALENA SANTOS PEREIRA

**POLÍTICAS E AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
NA BASE DE GÊNERO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE:
O CASO CRAM MARIA FELIPA (2019-2023)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus dos Malês.

Aprovado em: 07/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. M.e Israel Mawete Ngola Manuel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, que entendo como o ser superior que rege todo o universo, por ele ter me mantido e me sustentado por esta jornada. Agradeço à minha mãe, uma mulher extraordinária, batalhadora e linda por dentro e por fora, que me criou e me nutriu com todo o amor de que uma pessoa necessita. Gratidão ao meu filho, Márcio Davi Pereira, que já entende quando falo: “mamãe precisa sentar e escrever agora”. Às minhas irmãs, Maisa, Noemi e Esther, que oferecem o colo de tia para meu pequeno, quando não posso. As minhas tias: Maria, Márcia, Miriã e Miriene, as quais são mulheres inspiradoras e que conheço desde que me entendo por gente. A minha amiga Luana, que foi um presente ancestral na minha vida, que me deu todo apoio emocional em momentos de dificuldade, e que a UNILAB me presenteou. Ao meu companheiro, parceiro de vida, e meu amigo Israel, que esteve comigo durante todo esse processo, que me apoiou e se comprometeu junto a mim todos os dias, construir um relacionamento saudável.

Minha imensa gratidão à minha orientadora e professora Jucélia, que tive o prazer de conhecer e trabalhar no Programa Residência Pedagógica de Sociologia da Unilab. Foi nas aulas de Sociologia, onde decidi que seria professora. A minha Coordenadora Layla Daniela, que acredita em mim, me incentivou a não desistir, e que iniciou esse trabalho comigo, mas que, por motivos outros, não pode concluir. A todo o pessoal do Cram Maria Felipa, que me recebeu com tanto carinho. Agradeço também a todos os meus colegas da Unilab, que, nos corredores da faculdade, se dispõem a trocar conhecimento comigo, mesmo em meio a tanta correria dos semestres. Por fim, agradeço a todo o corpo de professores da Unilab, que contribuíram para os conhecimentos que tive até aqui.

“Nunca se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.
(Simone de Beauvoir).

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar as políticas de atuação do Cram Maria Felipa no combate à violência doméstica em São Francisco do Conde no período de 2019 a 2023. No qual, tem em vista responder à problemática de como tem sido as políticas de atuação do Cram Maria Felipa no combate à violência doméstica em São Francisco do Conde? Para tal, se fez necessário acionar o debate travado na teoria do gênero e mobilizar as desigualdades de gênero para compreender como o movimento feminista, sobretudo acadêmico, se apropriou destes conceitos para explicar a problemática da violência contra a mulher. Trata-se de estudo qualitativo a partir do método do estudo de caso. Para além das leituras e fichamentos, foram realizadas entrevistas em profundidade como técnica de coleta dos dados empíricos. Neste sentido, a investigação acaba apontando a ausência de políticas públicas, e a falta de cooperação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município de São Francisco do Conde, impactam diretamente na decisão de rompimento do relacionamento abusivo, pois a dependência financeira, faz com que essas mulheres, mesmo compreendendo que estejam em um relacionamento degradante, optem por sua subsistência.

Palavras-chave: Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Felipa de Oliveira - estudo de casos; violência contra as mulheres - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

This work aims to investigate the policies of Cram Maria Felipa in combating domestic violence in São Francisco do Conde from 2019 to 2023. It seeks to answer the question of what have been the policies of Maria Felipa Cram in combating domestic violence in São Francisco do Conde? To this end, it was necessary to trigger the debate on gender theory and mobilize gender inequalities to understand how the feminist movement, especially academia, has appropriated these concepts to explain the problem of violence against women. This is a qualitative study using the case study method. In addition to reading and research, in-depth interviews were carried out as a technique for collecting empirical data. In this sense, the investigation ended up pointing out that the absence of public policies and the lack of cooperation from the network for dealing with violence against women in the municipality of São Francisco do Conde have a direct impact on the decision to break away from an abusive relationship, because financial dependence means that these women, even when they realize that they are in a degrading relationship, choose to support themselves.

Keywords: Maria Felipa de Oliveira Women's Care Reference Center - case studies; violence against women - São Francisco do Conde (BA).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA - Bahia

CRAM - Centro de Referência e atendimento à mulher

CRAS - Centro de Referência e Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LMP - Lei Maria Da Penha

NUDEM – Núcleo de Defesa Da mulher

PNPM - Plano Nacional de Política Para as Mulheres

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social

SFC - São Francisco Do Conde

SPM - Secretaria de Política Para as Mulheres

SUS - Sistema Único de Saúde

PSF - Programa Saúde da Família

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A TEORIA DO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM DEBATE	15
2.1	A TEORIA DO GÊNERO: SUA GÊNESE E PERCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS	15
2.2	GÊNERO COMO FATOR DETERMINANTE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	21
2.3	COMPREENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS	24
2.4	A POLÍTICA NACIONAL E AS REDES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	25
2.4.1	Pacto nacional	27
2.4.2	Rede de enfrentamento à violência contra a mulher	28
3	PÉ NO CHÃO, MÃO NA MASSA: TEAR E TESSITURAS DO TEXTO	30
3.1	TEAR: ABORDAGEM QUALITATIVA DESCRITIVA NA TESSITURA DO TEXTO	30
3.2	ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE OU ABERTA	31
3.3	ESTUDO DE CASO EM AÇÃO: ARGUMENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	33
3.4	APRESENTANDO O DESENHO DA PESQUISA	34
4	CRAM MARIA FELIPA: SUA EXISTÊNCIA E ATUAÇÃO	37
4.1	APONTAMENTOS SOBRE AS AÇÕES E ATUAÇÃO POLÍTICA DO CRAM MARIA FELIPA EM SFC	37
4.2	AS AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER DESENVOLVIDAS PELO CRAM	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

São Francisco do Conde (SFC) é uma cidade do interior da Bahia com número de 38 mil habitantes, passou a denominar-se São Francisco do Conde no ano de 1944, antes era conhecida por São Francisco Da Barra Do Sergipe Do Conde. No passado, sua economia foi estabelecida através do plantio da cana-de-açúcar. Sua gastronomia rica e ancestral é representada pelo mingau de milho-verde, tapioca e o peixe assado preparado na folha de bananeira.

E o município com a maior população negra declarada no censo do IBGE em 2010. e também, com a maior renda per capita da Bahia, chegando a 321.810,96, em 2021. A taxa de mortalidade infantil é de 17,76% para cada mil nascidos vivos até 2020. Segundo a amostra de nupcialidade, existiam 4.966 pessoas judicialmente casadas, e 216, judicialmente separadas, e 308 divorciadas. Já entre pessoas que viviam em união não formalizada, os números chegaram a 12,77% de pessoas.

Neste mesmo censo, os números apontam existirem 3.372 de mulheres com idade entre 20 a 29 anos residentes na cidade. No quesito composição familiar, foram registrados 177 casais com filhos. Os números cresceram em relação às mães solo, mulheres que chefiavam o lar e criavam os filhos sozinhas, chegando a 668 do número de mulheres no total.

O centro de referência e atendimento à mulher (CRAM), é um órgão público, presente em alguns municípios brasileiros, que presta apoio a mulheres em situação de violência, as mulheres atendidas pelo Cram recebem apoio e atendimento especializados para a superação da violência doméstica e intrafamiliar. Os serviços ofertados pelo Cram são:

- atendimento e acompanhamento psicológico
- atendimento e acompanhamento social
- Atendimento, acompanhamento e aconselhamento jurídico.

Ainda trabalha na articulação e parceria, com outras instituições, as quais são elas; jurídicas, formais ou não formais, que atuam no enfrentamento da violência; como a (DEAM), delegacia especializada de atendimento à mulher, o (CRAS), Centro de referência da assistência social, Conselho tutelar, entre outros. além de instituições que viabilizam o acesso das mulheres em situação de violência ao mercado de trabalho.

No estado da Bahia, e em alguns municípios baianos, como Santo Amaro Da Purificação (município vizinho), possuem a secretaria de políticas para as mulheres (SPM), órgão que coordena os Centros de Referência e atendimento à mulher (CRAM). Em São Francisco do Conde, o cram está ligado à secretaria de desenvolvimento social (SEDES), do município. O

Cram Maria Felipa possui este nome em homenagem à Maria Felipa De Oliveira, uma mulher preta, marisqueira, da Ilha de Itaparica, considerada uma heroína da independência da Bahia, que comandou um grupo de mulheres e indígenas contra as embarcações portuguesas em 1823.

O Cram Maria Felipa foi inaugurado no dia 27 de outubro de 2016, funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 14h, a qual é a hora administrativa, fica localizado na Rua Barão de São Francisco, número 35, sua equipe é composta por um coordenador, duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma advogada, uma recepcionista, um administrativo, uma cozinheira, um motorista, um segurança de patrimônio e um auxiliar de serviços gerais. A estrutura física contém uma recepção, uma sala de coordenação, uma sala do serviço social, uma sala de psicologia, uma sala do jurídico, uma sala de reunião, uma cozinha, três banheiros e uma brinquedoteca.

De acordo aos dados do Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2021, 3.858, mulheres foram mortas violentamente no Brasil, 67,4% dessas mulheres eram negras, isso representou, mais de 10 mortes por dia, tornando as mulheres um dos grupos mais afetados pela violência cotidiana no país. Entre 2020 e 2021, enquanto os homicídios tiveram queda em relação à população geral, os homicídios femininos (femicídios) cresceram cerca de 3% no país.

Entre 2012 e 2020, também, metade dos feminicídios envolveram armas de fogo. Em uma década, de 2011 a 2021, foram registrados 49 mil casos de mulheres assassinadas. Sobre os dados de violência psicológica, é importante pontuar que, em 2019, 3.794 mulheres afirmaram ter sofrido violência psicológica no Estado de São Paulo, seguido de Minas Gerais, 1.708, e Bahia, 1.316 casos notificados.

O ministério das mulheres notificou que só no ano passado em 2023, o ligue 180 recebeu 1.558 ligações por dia, perfazendo 568,6 mil ligações em todo o ano, isso representou o aumento de 25% de chamadas a mais que no ano posterior em 2022, o Nordeste foi a segunda região com mais números de chamadas com quase 139 mil ligações ficou atrás apenas da região sudeste que recebeu mais de 288 mil ligações.

Segundo o Instituto Avon, o mapa da violência apontou que metade das mulheres brasileiras, já sofreram algum tipo de violência ao longo da vida, embora parte delas não consigam enxergar se como vítimas dessa violência, em entrevistas com mais de 20 mil mulheres apurou se que: 48% já passou por alguma situação de violência doméstica e familiar, 30% reconhece e sabe nomear a violência sofrida. Porém, 18% não se identificaram como vítimas, embora tenham narrado terem passado por situações de violência doméstica. Dados estes revelam que o número de brasileiras que sofrem de violência doméstica, apesar de

alarmantes, é muito mais alto do que se tem registros. Considerando esses mesmos índices por região, nas regiões do país é possível encontrar conformidade, entre as regiões, embora seja importante pontuar que só na região Norte, os números ficam entre 54 e 57%, em apenas 4 estados. Tais números, significativos em todo o país, sinalizam que, apesar dos diversos mecanismos legais criados para a punição e coibição das violências sofridas por mulheres neste país, essa violência demonstra continuar longe de ser superada.

Dito isso, a seguir apresento os objetivos da monografia, problema de pesquisa e hipóteses.

Objetivo geral: investigar as políticas de atuação do Cram Maria Felipa no combate à violência doméstica em São Francisco do Conde no período de 2019 a 2023.

Específicos: compreender quais ações de enfrentamento da violência de gênero contra a mulher, o Cram Maria Felipa tem se utilizado para o acompanhamento às mulheres atendidas pelo Centro.

Analisar quais os principais desafios para a implementação e manutenção dessas ações.

Problema de pesquisa: como são as políticas de atuação do Cram Maria Felipa no combate à violência doméstica em São Francisco do Conde?

Na tentativa de responder ao problema colocado, parto do pressuposto de que as ações de enfrentamento destes centros, sobretudo o Cram Maria Felipa, estão diretamente ligadas ao rompimento com as desigualdades geradas pelos padrões de gênero, quando esses centros promovem ações que tencionam:

a) colocar a mulher no mercado de trabalho, para que ela tenha liberdade financeira, visto que a dependência econômica é um dos principais fatores pelos quais as mulheres continuam em relacionamentos degradantes, mesmo sendo espancadas diariamente.

b) prestar aconselhamento e tratamento psicológico para o rompimento com a relação destrutiva, visto que as mulheres ficam em relacionamentos assim por conta da dependência emocional, e ainda podem ser acometidas por uma série de doenças psicossomáticas, como; ansiedade e depressão, doenças que podem levar ao suicídio.

c) Prestar apoio financeiro, para a mulher poder refazer sua vida e criar seus filhos (na situação de vulnerabilidade social e econômica), por motivos que pontuei na opção A, e quando ela precisa abandonar o imóvel, por se encontrar em risco de morte, quando o imóvel pertence ao agressor.

Dessa forma, a monografia está ancorada metodologicamente na abordagem qualitativa a partir do estudo de caso, tendo as leituras, fichamentos e entrevistas em profundidade como técnicas de coleta de dados. Assim sendo, para além da introdução, o texto está estruturado em

três capítulos e considerações finais, da seguinte maneira: primeiro capítulo é teórico, no qual faço debate sobre a teoria do gênero e a sua relação com as políticas públicas para as mulheres, no segundo, apresento a minha abordagem metodológica para no terceiro capítulo, fazer as análises e interpretações culminando com considerações finais.

2 A TEORIA DO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM DEBATE

Neste capítulo, cogito apresentar o meu marco teórico considerando a perspectiva do gênero e políticas públicas. Neste caso, faço um panorama de forma sistemática em torno de ambos os conceitos, isto é, considerando o debate contemporâneo sobre o assunto. Para isso, em primeiro lugar, discuto a teoria do gênero a partir da sua relação com a violência contra a mulher numa articulação entre espaço privado e público. Em seguida, apresento como as autoras/ES, sobretudo no Brasil, discutem a questão de políticas públicas voltadas para as mulheres, sendo que no final do capítulo relaciona teoria de gênero e o entendimento que se tem sobre políticas públicas para mulheres no Brasil.

Em cada seção, não abordo os assuntos extensivamente. A ideia é fazer um apanhado geral, a partir de várias possibilidades que a proposta temática da minha pesquisa oferece. Nesse sentido, concentro-me em condensar as principais ideias que trago ao longo do debate.

2.1 A TEORIA DO GÊNERO: SUA GÊNESE E PERCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O gênero é uma categoria histórica, que diz respeito a um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos, que concerne preferencialmente às distinções entre duas categorias sociais principais, homem e mulher. (Saffioti, 1999). Nessa perspectiva histórica, é fundamental realçar a importância das lutas feministas, sobretudo a primeira e segunda onda feminista, que irão abrir o espaço para os debates públicos e acadêmicos (Butler, 1998; 2003; Matos, 2008; Collins, 2019).

Nicholson (2000, p. 01), pontua que a palavra gênero foi desenvolvida em oposição ao termo sexo.

De um lado, o ‘gênero’ foi desenvolvido e é sempre usado em oposição para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que biologicamente é dado. Aqui, ‘gênero’ tipicamente pensado como referência à personalidade e comportamento, dado ao corpo; ‘gênero’ e sexo são, portanto, compreendidos como distintos.

Por tanto, as definições de gênero e sexo nem sempre foram sinônimos, embora, mais adiante, a autora considere que os termos sexo e gênero são mais utilizados para distinção entre homem e mulher.

Para Oakley (2016), sexo é um termo biológico e gênero psicológico e cultural, pois no senso comum, existem apenas duas categorias macho para (masculino), e fêmea para

(feminino), para ela não é bem assim, “[...] Ser um homem ou uma mulher, um menino ou uma menina, é tanto uma atividade como vestir-se, gesticular, ter um trabalho, redes de sociabilidades e personalidade, quanto possuir um tipo particular de genitais” (Oakley, 2016, p.64). E esta distinção de gênero é baseada no sexo, nas quais são criadas também as divisões de tarefas, ações e comportamentos, atribuídas a cada sexo/gênero.

De acordo a Scott (1990, p.16) “o gênero é o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. De acordo com Saffioti (2004), o sistema patriarcal pode ser definido por sistema de dominação/exploração, dos homens sobre as esposas e filhos. Enquanto tivermos mulheres, as mulheres são as mulheres de. O que significa que as comunidades delas (as próprias comunidades delas) não pertencem às mulheres, porém aos homens” (Guillaumin, 1994, p. 232). Compreende-se se na gênese das relações de poder o gênero está envolvido e designado para o cumprimento das funções na sociedade, O sistema patriarcal é quem se beneficia das concepções de gênero, ao ser o patriarca/homem, quem possui o poder de dominar e explorar.

No sistema patriarcal, é permitido que o homem possua o poder de delimitar ações e comportamentos de seus filhos e esposas. Caso este entenda essas ações como desviantes e/ou fora da norma, o patriarca utiliza-se de sua autorização/tolerância da sociedade para puni-los. (Saffioti, 2001, p.01). Apesar desta configuração que vitimiza as mulheres. Saffioti (1999) também pontua que as mulheres, na ausência do marido, também desempenham a função de patriarca, exercendo poder sobre as crianças. Para Saffioti (1999, p.84), “[...] o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados”. Assim sendo, a dominação e a exploração cultural e socialmente fornecidas ao patriarca são elementos essenciais para o entendimento acerca das desigualdades de gênero.

Dando sequência, Saffioti (1999) aponta que as desigualdades de gênero são cultural e tradicionalmente construídas, e não herdadas pela natureza como foi historicamente imposta. “[...] A diferença nas relações entre homens e entre mulheres é que essa desigualdade de gênero não é colocada previamente, mas pode ser construída e o é com frequência” (Saffioti, 1999, p.82). Com isso, não seria incorreto afirmar que as desigualdades de gênero são forjadas pelo patriarcado.

Na concepção de Matos (2008), o gênero na contemporaneidade ganhou outra dimensão, ou seja, outra compreensão, uma vez que o debate em torno do conceito tem sido de tencionar se é uma categoria teórico-analítica ou uma área de conhecimento das epistemologias feministas. Conforme a autora, é possível observar na cultura acadêmica universitária brasileira

que gênero se configura como uma nova área de conhecimento nas ciências de forma geral e, em particular, nas Ciências Humanas e Sociais.

Com o propósito de estabelecer e apresentar um campo de estudo de gênero no contexto brasileiro, ela defende a ideia de subordinação, opressão e subalternização de mulheres como perspectivas teóricas que sustentam o campo de gênero e feminista, constituindo-se como campo de perspectiva emancipatório (Matos, 2008).

De acordo com Matos (2008, p. 335),

Durante anos, séculos, as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção de conhecimento científico e/ou filosófico. As religiões, e depois as próprias organizações científicas, se incumbiram dessa opressão. [...] Tal conexão não casual ou banal entre religião ascética e conhecimento universitário fez com que, tanto a filosofia quanto a ciência moderna, se empenhassem em excluir mulheres da busca pela verdade, já que as impediam sistematicamente de estudar, assim como as impediam de receber instrução profissional, revelando tendenciosidade endocêntrica que nos tomou séculos para desconstruir e sobre a qual seria difícil afirmar estar já superada.

Outrossim,

Os movimentos organizados de mulheres, e depois os movimentos feministas de todos os matizes, inauguraram no alvorecer do século XX grandes viradas, inclusive no escopo do próprio modo de se perceber o conhecimento. Após arrombarem as portas do saber acadêmico e universitário ao longo dos séculos XVIII e XIX, foi no alvorecer do século XX, especialmente entre os anos 30 e 70, que surgiram grupos de acadêmicas que problematizaram a produção do conhecimento a partir de um viés crítico, gerando os estudos feministas (*feminist studies*) ou os estudos de mulheres (*women studies*).

Percebe-se que ao longo dos séculos as mulheres sempre lutaram e continuam lutando para o reconhecimento do agenciamento delas. Dessa forma, observa-se que durante um período da história as mulheres vão se articulando em movimentos rumo à busca de mudança de paradigmas. Tal como a Matos (2008), aponta que essa busca de mulheres vai se configurando como processo de quebra de barreiras, ou seja, as limitações socialmente constituídas pelo sistema patriarcal.

Diante disso, Pateman (2013), alude algo interessante concernente ao pensamento construído em torno da dicotomia entre público e privado no estabelecimento das lutas feministas há cerca de dois séculos.

Para ela (Pateman, 2013, p. 55),

A dicotomia entre o privado e o público é central para quase dois séculos de escrita e luta política feministas; em última análise, essa é a questão central do movimento

feminista. Embora algumas feministas tratem a dicotomia como uma característica universal, trans-histórica e transcultural da existência humana, a crítica feminista é dirigida principalmente à separação e à oposição entre as esferas pública e privada na teoria e na prática liberais.

Para a autora, o pensamento liberal e o feminismo sempre estiveram numa relação íntima ao mesmo tempo, complexa. Uma vez que ambas as lutas terão como base doutrinária que prima pela inserção do individualismo como fundamento principal da vida social. Daí que, para que o liberalismo e o feminismo sejam uma realidade, sendo ela, é indispensável que a sociedade tradicional se prime pelo princípio de que as pessoas são livres, bem como iguais. Caso contrário, é quase impossível constituir um pensamento emancipatório (Pateman, 2013).

Ademais, Pateman (2013), reforça que a divisão entre as duas concepções, isto é, público e privado, diverge profundamente das opiniões entre liberais e feministas. Nesse entendimento, de um lado, há quem percebe que o feminismo seria uma busca pela igualdade e direitos universais entre homens e mulheres. Por outro lado, essa concepção é vista como a limitação do feminismo para um pensamento liberal.

Em outras palavras, a autora aponta que mais do que a busca pelos direitos igualitários entre homens e mulheres, as feministas estão preocupadas com as mudanças estruturais que para além do óbvio, vão ao encontro de questões centrais, vistas no liberalismo com descasos, sobretudo, a peculiaridade estrutural e sistêmico do patriarcal. Assim sendo, diante de multiplicidades de questões negligenciadas, sobretudo no debate da esfera pública, as lutas feministas revisitam-nas para o debate público (Pateman, 2013).

Dentro desse quadro, Scott (2005), na sua concepção enigmática sobre a igualdade, tem em vista apontar uma diferenciação entre aquilo percebido nas categorias/conceitos de igualdade e do gênero, bem como a concepção das identidades múltiplas. Para isso, o argumento fundante da autora sobre a questão da igualdade considera que, ao tratar do assunto, necessariamente deve ser percebida a partir de concepções antagônicas.

Em seu diálogo com a Olympe de Gouges, aponta o antagonismo como parte da compreensão da questão de igualdade e diferença, assim como os direitos pessoais ou dos diferentes grupos sociais. A tensão será condição necessária na busca de soluções plausíveis quanto tanto democráticas. Neste sentido, no conjunto de questionamentos que ela levantará no texto, faz uma reflexão contundente sobre a ideia de grupos e indivíduos, isto é, em termos de igualdades, o grupo vem primeiro ou os indivíduos?

Na sua visão, quando se escolhe um rejeita-se outro. Para isso, a proposição paradoxal da igualdade consiste na ausência e/ou dificuldades de encontrar saídas para um problema que

necessita de solução. Vale ressaltar que a colocação de Scott (2005), consiste nas formas pelas quais os grupos sociais e indivíduos são rotulados a partir de pensamentos dominantes. Esse tipo de pensamento, por exemplo, concernente às liberdades, limita-se numa perspectiva mais normativa, o que quer dizer: um entendimento de igualdade assente nos direitos universais, tais como: constitucionais e a carta de direitos.

O pensamento crítico feminista que sucede o ano de 1960, irá se fundar no debate que faz a diferenciação entre o entendimento sobre sexo e gênero. Essa postura permitiu com que as feministas construíssem as bases epistemológicas para contrapor o postulado do determinismo biológico como fator fundante das sociedades ocidentais. A partir disso, observa-se que as lutas feministas vão se atrelar até certo ponto na salvaguarda do dualismo enquanto um pensamento que possibilita analisar as condições das mulheres na condição como aquilo que pode ser dissociável de pessoas singulares e bem como das experiências coletivas (Nicholson, 2000).

Segundo Nicholson (2000), a introdução da perspectiva binária no pensamento feminista crítico permitiu com que as feministas colocassem em debate aprofundadamente aquilo que poderia ser: as diferenças em torno das vivências culturais dos homens e das mulheres.

Muito embora debates relevantes sejam suscitados, para a autora, o dualismo como perspectiva analítica até certo momento condiciona a articular as vivências de homens e mulheres, sobretudo, quando projetado na ideia de corpos feminino e masculino. Daí que Nicholson (2000), encontra dificuldades de articulá-la analiticamente. Uma perspectiva que pode conseqüentemente reforçar o processo de estereótipos culturais e socialmente constituídos em sobreposição entre homens e mulheres.

Dessa forma, Nicholson (2000, p. 9), entende que:

“Gênero” é uma palavra estranha no feminismo. Embora para muitas de nós ela tenha um significado claro e bem conhecido, na verdade, ela é usada de duas maneiras diferentes, e até certo ponto contraditórias. De um lado, o “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição ao “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, “gênero” é tipicamente pensado como referência à personalidade e comportamento, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são, portanto, compreendidos como distintos. De outro lado, “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos femininos de corpos “masculinos”.

É imprescindível considerar o cuidado que a autora tem ao apresentar a suas observações acerca de como o conceito de gênero tem sido propagado, quanto do ponto de vista

semântico tanto na sua concepção social. Neste sentido, é observado a dimensão epistemológica do gênero enquanto uma categoria modal no processo de percepção como a sociedade forja não apenas o comportamento e a personalidade das pessoas, mas também, como os corpos de mulheres e homens devem proceder (Nicholson, 2000).

Prosseguindo, conforme ela (Nicholson, 2000), considerando que o corpo recebe uma interpretação social, se assim for, o sexo torna-se dependente do gênero visto que o sexo se encontra inserido no gênero. Diante desta compreensão, a autora recupera o conceito de gênero apresentado pela Scott como sendo, “organização social” divergente da concepção “sexual”.

Nas palavras de Nicholson (2000, p. 10),

Defendo que, apesar de esse segundo sentido de gênero ter predominado no discurso feminista, a herança do primeiro sobrevive: o “sexo” permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino. Para saber como isso acontece, precisamos elaborar, mas completamente, as origens do termo “gênero”.

No mais, a ideia de gênero tem como pensamento fundante duas concepções da modernidade ocidental - como condição material e construção social da existência humana. Dessa forma, nas sociedades industrializadas da década de 1960, as lutas feministas, tal como já mencionado, têm grande preocupação na desconstrução da dualidade feminino/masculino propagada pela concepção biológica do gênero. Como contraponto à ideia de gênero biológico associado ao sexo, as feministas desse período surgiram com a ideia de “construção social” para desestabilizar a concepção que associa gênero à biologia.

Dito isso, o entendimento de gênero neste texto tem a ver com a perspectiva mais plural sobre a concepção do gênero. Em outras palavras: o gênero neste texto assume plural e multiforme, ou seja, não se limita apenas na sua biologia, muito pelo contrário, se configura a múltiplas experiências que atravessam as condições de ser e estar das mulheres no mundo.

Entendo-o como uma categoria analítico e campo de estudo, vai exercer de um lado, o papel de problematizar e teorizar academicamente os desafios que as mulheres enfrentam desde tenra idade com o sistema patriarcal, que se configura na cultura fundamentada em violência contra à mulher, e, por outro, a consciência de política de gênero se manifesta como ferramenta de luta contra o sistema que oprime as mulheres.

2.2 GÊNERO COMO FATOR DETERMINANTE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Gênero e violência, termos distintos que se relacionam. Conforme a Organização dos Estados Americanos (OEA), a violência contra a mulher representa ato ou conduta que baseia no gênero, capaz de trazer dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico/emocional à mulher, e em alguns casos até a morte. essa violência pode ocorrer tanto na esfera pública como na esfera privada. Sendo assim, entende-se que violência contra a mulher possui precedente no gênero. Esse precedente pode ser aprofundado na ideologia de gênero.

Em Araújo, (2008), citando Saffioti (1999), afirma que os papéis de gênero é um dos principais motivos pelos quais uma mulher permanece em situação de violência, a internalização da dominação masculina por boa parte dessas mulheres, faz com que, a violência contra a mulher por parte de seus companheiros, sejam naturalizadas e minimizadas por elas. Como a idealização da família e do casamento, a dependência emocional e financeira, o sentimento de incapacidade e desamparo, e a falta de apoio social e familiar, são marcadores importantes para a permanência dessas mulheres em lares e relacionamentos que limitam suas vidas e existência. Por tanto, na opinião da autora, a violência contra a mulher, em decorrência da dominação masculina, gera uma espécie de negação da violência pela própria vítima.

Sabe-se que a família constitui um papel importante na sociedade. Em Bandeira (2014), a violência contra a mulher difere dos outros tipos de violência, pois, não possui como referência atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, tal qual é considerada por igual ou como condições de existências parecidas, são as expressões de desigualdades, as motivadoras de tal violência, condicionadas pelo sexo, as primeiras experiências dessa violência são iniciadas no âmbito familiar. O argumento da autora, acerca da violência de gênero como precedente na família, também explica, por exemplo, que em muitos casos a mulher, ao deparar-se com a violência vinda de seu companheiro, não reage e muito menos se separa, é porque a violência já é familiar para elas.

De acordo com (LMP), a violência Doméstica e familiar, resulta das desigualdades e hierarquias de gênero. Diante disto, a presente legislação entende que a violência doméstica e familiar tem potencial para afetar todas as mulheres em alguma etapa de suas vidas. Einhard e Sampaio (2020), revela que os violadores geralmente culpabilizam a própria vítima pela violência e danos que eles cometeram. A lei Maria da Penha (LMP) é a representação de um conjunto de ações que responsabiliza os agressores da violência, e o acolhimento e das vítimas e de seus/suas, filhos/filhas, oportuniza o acesso a direitos e viabiliza ações de prevenção da

violência. Portanto consideramos que a LMP, possui mecanismos essenciais para o combate à violência doméstica e contra a mulher, e responsabilização dos verdadeiros autores da violência.

A violência possui efeito negativo na autoestima e na autoconfiança de suas vítimas, sobretudo quando há ocorrência da violência psicológica. Segundo a socióloga Rita Segato, “[...] apesar do sofrimento e do dano evidente que a violência física causa as suas vítimas, ela não constitui a forma mais eficiente nem a mais habitual de reduzir a autoestima, minar a autoconfiança e desestabilizar a autonomia das mulheres” (Segato, 2003, p. 115). Saffioti, (2015), pontua que as violências físicas, morais e sexuais estão sempre acompanhadas da violência psicológica/emocional. Einhard e Sampaio (2020), revela que os violadores geralmente culpabilizam a própria vítima pela violência, e danos que eles cometeram. Diante disto, é correto afirmar que a violência psicológica pode atuar como um precedente para outras violências, melhor bem sucedida com parceiro íntimo.

Ainda sobre a violência psicológica, é importante pontuar que: a violência psicológica é toda a ação que consiste em ameaças, perseguição, manipulação, isolamento, privação, controle, entre outros. Na vítima dessa violência, costumam-se observar danos emocionais, retardo e/ou diminuição da autoestima, ansiedade, depressão, entre outros. Para Silva, L.L. et. Alguém, a violência psicológica doméstica é uma violência negligenciada, pelas mídias sociais, pela família da vítima e até mesmo pela própria vítima. As mídias sociais demonstram/insinuam que a violência física é mais importante que a psicológica, pois as manchetes de jornais só notificam esse tipo de violência, quando ela é exagerada, ou seja, quando ocorrem danos físicos e/ou quando a vítima vai a óbito. Para ela, existe uma dupla omissão da violência psicológica, a falta de estudos inibe as manchetes na mídia e a falta de manchetes desmotiva novas pesquisas. Pontua que é quase impossível falar de violência física sem falar da psicológica, pois geralmente no cenário doméstico, concorda com Saffioti que é a violência psicológica que precede a física.

Diante da situação compreendemos que a única diferença é que a violência física possui marcas visíveis, e a psicológica, não! por isso uma deveriam ter o mesmo caráter de urgência e importância que a outra, é necessário que consideremos a violência psicológica como uma ameaça, pois além de ser silenciosa, ela produz efeitos também silenciosos. um ponto a ser considerado nessa questão, é que vivemos em uma sociedade que não prioriza a saúde mental. Outra questão importante é a própria percepção e dimensão de violência, sobretudo psicológica, que neste caso, pode ser confusa até mesmo para a própria vítima. Silva salienta que é muito comum mulheres que estão em situação de violência, entram em defesa de seu abusador e dificilmente denunciam.

Um ponto importante quando se fala em mulheres em situação de violência é a rede de apoio, geralmente formada por familiares e amigos. A rede de apoio é imprescindível na vida de muitas mulheres atualmente. Conforme a terapeuta de mulheres, Avery Neal, (2018), mulheres em situação de violência que possuem uma rede de apoio forte onde há amor e carinho, têm maior probabilidade de sair de relacionamentos abusivos, outrossim algumas mulheres em situação de violência, vem de lares disfuncionais e abusivos. Existem exceções de algumas garotas criadas por famílias abusivas que se tornam muito defensivas e não permitem ser abusadas por ninguém. Mas isso é apenas uma exceção, visto que a maioria delas reproduz em seus relacionamentos amorosos os mesmos padrões de comportamentos observados e aprendidos de sua mãe e/ou na dinâmica familiar. Silva reitera que filhos/meninos que vivenciam a violência psicológica entre seus pais podem passar a reproduzi-la com sua irmã e futuramente com suas parceiras.

Uma condição bastante comum em mulheres que sofrem ou sofreram violência de seus companheiros é a co-dependência. A co-dependência pode ser definida por condição emocional psicológica e comportamental que se manifesta como produto de exacerbada e prolongada exposição de uma pessoa a um conjunto de regras opressoras que impedem a livre expressão, faz com que a pessoa tenha dificuldades em suas relações pessoais e interpessoais. Observa-se nos padrões de comportamentos codependentes/ dependência emocional: culpa, permissividade, sentimento de incapacidade, ausência de desejo próprio, indecisão. (NEAL, 2018). Uma mulher com tal condição emocional se encaixa perfeitamente nos atributos que um abusador procura em suas vítimas. O padrão codependente pontuado por Neal possui bastante similaridade com as desigualdades de gênero com origem no patriarcado, explicadas por Saffioti.

Como bem pontua Bandeira (2014) A questão da violência de gênero, contra a mulher, tornou se a principal identidade do movimento de militância feminista no Brasil, abrindo espaço para diálogo entre militância e academia, e com a sociedade civil, através das (ONGs), suas reivindicações e de outros movimentos, atuou na criação de condições históricas, políticas e culturais, que se fez de grande importância para o entendimento, acerca da gravidade e da legitimidade de importância da violência de gênero contra a mulher, oportunizando possibilidades outras de políticas públicas.

2.3 COMPREENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção, tenho em vista fazer uma breve abordagem a partir do que se entende como políticas públicas, no ponto de vista conceitual e sua dimensão da práxis. Neste sentido, a minha preocupação não é trazer uma nova definição, muito pelo contrário, a partir do que já existe, estabeleço diálogo entre as autoras para articulá-las no campo de gênero.

Dito isso, é imprescindível reconhecer que existem inúmeras definições de políticas públicas. Desde o seu marco até atualmente, têm surgido várias autoras debatendo e conceituando as políticas públicas a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Para Souza (2006), as políticas públicas podem ser resumidas pela área do conhecimento que visa colocar o governo em ação e, ao mesmo tempo, analisar essa ação, além de trabalhar em sua manutenção, por meio de proposição de mudanças, a fim de melhorá-las. Assim sendo, Souza (2006, p. 26) aponta que: “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio onde os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.”

As políticas públicas, seguem um ciclo, pontuadas pelo autor da seguinte forma; após desenhadas e formuladas, as políticas públicas, podem transformar-se em planos, projetos, programas, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, ao serem colocadas em ação e efetivadas, são submetidas ao sistema de análise e qualificação. Assim sendo, compreende-se que as políticas públicas são oriundas de demandas de pessoas em uma sociedade, as quais são criadas e implementadas pelo governo, e beneficiam parte da sociedade.

Essas pessoas que demandam algo, são geralmente nomeadas como atores. Os atores podem ser compostos de pessoas ou grupos, que exercem algum papel/posição na política pública. Essa atuação pode ser em alguma das etapas da política pública, ou durante todo o processo. São exemplos de atores: técnicos do governo, burocratas de ponta, legisladores, federações de comércio, partidos políticos, ativistas, jornalistas, lideranças comunitárias, até mesmo o casal de idosos que espera todo mês pela aposentadoria (Tronco, 2018, p. 36). consideramos que os atores podem ser representados em sua diversidade, por vezes em grandes grupos, em pequenos grupos, e até mesmo por uma única pessoa.

Por vezes, muitos atores podem estar envolvidos em uma única política pública. Dentro destes grandes grupos, existem grupos de pessoas que possuem comportamentos padronizados, por isso, podem ser facilmente identificados. Esses grupos são nomeados de grupos de interesses. São exemplos de grupos de interesses: **empresas e indústrias privadas: elas são associações que reúnem sociedades do comércio e indústrias, sindicatos patronais e grupos de**

empresas com os mesmos interesses. esses atores atuam em função de proteger seus empreendimentos de leis que os desfavorecem, como taxações, e regulamentações de leis trabalhistas, entre outros. (Tronco, 2018, p. 40). Assim sendo, é compreensível que, em prol dos seus objetivos, na defesa de seus interesses, os grupos de interesses enxerguem mais vantagens em trabalhar no coletivo do que separados.

Outro exemplo de grupo de interesse são os **movimentos sociais**. Os movimentos sociais podem ser classificados por grupos de indivíduos com capacidade de mobilizar pessoas para pôr pressão nas autoridades. (Tronco, 2018, p.40). Essas mobilizações têm sua gênese em questões de interesses coletivos. Jasper pontua que: “[...] Movimentos sociais podem estar vinculados à democracia, à persuasão, mas por vezes recorrem à força física, como quando trabalhadores em greve bloqueiam uma linha de montagem ou agitadores saqueiam uma loja”, (Jasper, 2016, p.43). Essas reações, movidas pela força física, geralmente são uma resposta a uma decisão ou omissão do governo diante de situações em que afetam esses grupos.

Sobre a essa forma de atuação dos movimentos sociais, podemos considerar que:

Os movimentos sociais tematizam questões que antes ficavam restritas à esfera privada, como as questões de gênero, de orientação sexual, étnicas, enfim, as diferenças que querem ver significadas. Com isso, compartilham das lutas pela terra, pela distribuição de renda, pela igualdade entre as nações (“antiglobalização”). Portanto, nenhum ator social contemporânea luta sozinho, mas atua em rede, numa articulação que é global e cuja ação é local (Goss; Prudêncio, 2004, p.80).

Diante do exposto, é compreensível considerar que os movimentos sociais, que por vezes pacíficos, mas nem sempre, utilizam se dá força coletiva para exercer pressão no estado, em prol de resolver problemas, problemas estes, que anteriormente não eram considerados como tal. A pressão dos movimentos sociais, quando bem sucedidas, pode resultar em políticas públicas em favor desses grupos de interesses.

2.4 A POLÍTICA NACIONAL E AS REDES DE COMBATE à VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Na legislação nacional a principal mudança ocorreu em 2006, aprovada pelo congresso nacional, a lei 11.340/2006, melhor conhecida por lei maria da penha, A lei maria da penha, tem seu reconhecimento por possuir aspectos de inovação, e pragmatismo no intuito de que ela oferece uma narrativa mais compreensiva da violência de gênero contra as mulheres. “[...] O Estado fez deste serviço policial a principal política pública de atendimento a mulheres em

situação de violência”, (Pasinato e Santos, 2008, p.08). Para Passinato (2016) essa legislação representa um evento marcante no longo processo histórico de reconhecimento da violência doméstica contra as mulheres como um problema que afeta toda a sociedade brasileira.

Diante disto, é necessário considerar que a lei Maria da Penha mesmo não sendo diretamente criada pelo movimento de mulheres, parte do processo das constantes lutas dos movimentos feministas e de mulheres resultantes da denúncia dessa violência sofrida pelas mulheres em detrimento de seu gênero, gênero este que fora histórico e socialmente imposto como inferior constantes lutas dos movimentos, e denúncias dessa violência sofrida pelas mulheres em detrimento de seu gênero, gênero este que fora histórico e socialmente imposto como inferior.

Passinato (2016), aponta que desde sua implementação, a lei Maria Da Penha vem registrando muitos avanços tanto no que se refere a criação de serviços especializados, como a conscientização da sociedade civil, no tocante ao grau altíssimo de importância que a violência contra as mulheres exige, ela visa além da penalização dos atos de violência, prevenir e coibi-la, para a redução de novos casos. “[...] A partir dos anos 2000, surgiu uma política nacional de enfrentamento à violência contra mulheres, estabelecendo as diretrizes para a ampliação de uma rede de serviços que não se centrasse nas delegacias da mulher” (Pasinato e Santos, 2008, p.08).

Sendo assim, é interessante pontuar o papel deste importante percurso que perpassa pelas diversas estratégias adotadas pelo governo federal para a efetivação da lei Maria da Penha e o combate à violência contra a mulher em sua totalidade. Acerca dessas estratégias, é importante pontuar ações como: a política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher e o pacto nacional de enfrentamento à violência contra a mulher.

A **política nacional** de enfrentamento à violência contra as mulheres tem por foco estipular conceitos, princípios, diretrizes e ações de combate à violência contra a mulher, bem como a assistência e oportunidade da garantia de direitos às mulheres que se encontram em situação de violência. Nacional, (2011).

Sobre a estrutura da política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, é importante ressaltar que:

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher. O PNPM possui como um de seus eixos o enfrentamento à violência contra a mulher, que por sua vez, define como objetivo a criação de uma Política Nacional. Vale notar que a questão do enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher foi mantida como um eixo temático na II Conferência

Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007. (Nacional, 2011, p. 02).

É interessante observar, que a política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, teve sua estrutura produzida, a partir de uma série de ações, protagonizadas por intermédio de órgãos competentes, que se fizeram de grande importância, para a revitalização e criação de políticas públicas, que atendessem as demandas da violência de gênero no Brasil. Este processo integrativo foi muito importante, ao consistir na preservação das definições de violência contra as mulheres que já se possuía.

2.4.1 Pacto nacional

O pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres é o instrumento de ação efetiva que convida, e/ou notifica estados e municípios a aplicar a lei 11.340, (lei Maria Da Penha). Teve seu lançamento em agosto de 2007, como parte da agenda social do governo federal, advém do acordo entre, governo federal, governos estaduais, e gestões municipais de todo o território brasileiro, sua ação preconizou planejar ações a fim de consolidar/colocar em prática, a política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, através da sanção de políticas públicas conjuntas em todo o Brasil. (Nacional, 2010). Diante do exposto, é possível notar a preocupação e comprometimento com que o governo federal lidou com as causas femininas.

Diante da demanda que se apresenta, referente às causas das mulheres. O fortalecimento dos serviços especializados da rede de atendimento e a implementação da lei Maria da Penha estão em primeiro lugar nos eixos prioritários do pacto. Isso se dá pelo entendimento da proporção e dimensão que a violência contra a mulher merece. Diante disto, a necessidade de constituir uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência que engloba diferentes personalidades atuantes no combate a essa violência, se destaca o papel da justiça, da segurança pública, da saúde e da assistência social (Nacional, 2010). Por isso, é de extrema importância e estratégico que esses autores locais estejam comprometidos e envolvidos com os ideais do pacto.

Os estados e municípios são os responsáveis por viabilizar as ações em seus territórios. “[...] Vale notar que é fundamental a coordenação nos estados e municípios por parte dos organismos de políticas para mulheres, uma vez que estes constituem os órgãos responsáveis por garantir a transversalidade de gênero nas políticas setoriais” (Nacional, p.13).

A preocupação e comprometimento do governo federal possui relação direta com a criação da Secretaria de Política Para As Mulheres (SPM), em 2002.

2.4.2 Rede de enfrentamento à violência contra a mulher

A política nacional, e especificamente o pacto nacional, formalizou a responsabilidade dos gestores municipais e estaduais em implementarem e/ou formalizarem em seus respectivos Estados e municípios uma rede de combate à violência contra a mulher. “[...] A rede de atendimento refere-se ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores para ampliar e melhorar a qualidade do atendimento, e do encaminhamento das mulheres em situação de violência”. (Bugni, 2016, p.109).

A rede de enfrentamento à violência contra a mulher faz menção a dois grupos: os que atuam nos atendimentos gerais, e os que atuam na rede especializada. São órgãos de atendimento especializados;

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Núcleo de defesa da mulher (NUDEM), Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfego de pessoas) Formação de profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação e assistência social, bem como de operadores de direito, na temática de gênero e de violência contra as mulheres.

Dentre os órgãos de atendimento geral estão incluídos: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), entre outros. (Nacional, 2010, p. 05). É importante um olhar mais atento sobre a rede de atendimento geral, ao serem elas que no geral realizam os primeiros atendimentos à mulher em situação de violência, por isso, ou quando necessário encaminhamento, atuam como parceira de órgãos da rede de atendimento especializada, no intuito de viabilizar ações, e para que essa mulher seja atendida de maneira sigilosa e respeitosa. Para Hickmann e Heck, (2020), é importante que todos e não somente os operadores da rede de atendimento reconheçam as expressões da violência doméstica contra a mulher. Diante desta união. Cavalcante e Oliveira pontuam que:

Portanto, a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres considera a multiplicidade de serviços e de instituições. Esta diversidade deve ser compreendida como parte de um processo de construção que visa abarcar a multidimensionalidade

e a complexidade da violência contra as mulheres. No entanto, para que o enfrentamento da violência se torne efetivo, é importante que serviços e instituições possam atuar de forma articulada e integrada. (Cavalcante e Oliveira, 2017, p. 202-203).

Sendo assim, compreendemos que a articulação e integração da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, possuem influências positivas na vida destas mulheres, pois as ações de combate em conjunto, são essenciais, para a mulher fazer o rompimento com o parceiro abusador, e supere a violência sofrida.

3 PÉ NO CHÃO, MÃO NA MASSA: TEAR E TESSITURAS DO TEXTO

Todo processo de produção de conhecimento científico requer um método. Em outras palavras, quero dizer: para um conhecimento ser considerado ciência, para além do amparo teórico, a metodologia é indispensável. Uma vez que é importante que a pesquisadora apresente como conseguiu chegar aos seus resultados. Essa condição encontra-se em todas as áreas de produção de conhecimento científico (Lakatos; Marconi, 2003).

Dessa forma, a tessitura do meu texto conta com a abordagem qualitativa descritiva. O estudo de caso aparece como método de argumentação, análise e interpretação dos achados em campo. Assim sendo, para coletar os dados, empregou a técnica de entrevista em profundidade de modo a responder à minha pergunta de partida e alcançar os meus objetivos, como traçada para esta monografia. Para isso, tenho em vista conceituar abordagem qualitativa descritiva na pesquisa social, seguidamente, o estudo de caso e a entrevista em profundidade para depois mostrar como cada perspectiva metódica foi trabalhada no texto.

3.1 TEAR: ABORDAGEM QUALITATIVA DESCRITIVA NA TESSITURA DO TEXTO

A abordagem qualitativa é conhecida pelas suas especificidades sobretudo, no processo de estudar indivíduo, coletiva de pessoas, instituições sociais e outras realidades de relações interpessoais que não podem ser quantificáveis. Esse aspecto, faz com que seja recorrente o seu uso na teoria social (Minayo, 2007a; 2007b).

Dessa forma, é importante ressaltar que ela não é uma exclusividade da pesquisa social, ou melhor: a cientista social pode se fazer valer de outras abordagens para alcançar seus objetivos. Para isso, o desenho de pesquisa, ou seja, o problema no qual ela se propõe a responder determina a abordagem metodológica, tal como é o meu caso para com essa pesquisa (Lakatos; Marconi, 2003; Creswell, 2007).

O debate filosófico sobre a metodologia, ou melhor, as abordagens (qualitativa e quantitativa) de pesquisa, apresentam perspectivas que divergem totalmente umas das outras. As mais complexas divergências entre as autoras encontram-se na forma pelas quais as abordagens são utilizadas na investigação científica (Goldenberg, 2004).

Se de um lado há um entendimento que a produção científica deve ser hierarquizada em função da área de pesquisa, e como cada área de conhecimento, do outro, defende-se a ideia de não superioridade entre as áreas de conhecimentos independentemente de abordagem metodológica que essa área use. Assim sendo, tanto a abordagem qualitativa como quantitativa

devem ser entendidas como os meios pelos quais a pesquisadora para sistematizar e apresentar os achados em campo (Lakatos; Marconi, 2003; Goldenberg, 2002, Creswell, 2007).

Nessa perspectiva (Goldenberg, 2004, p. 17),

[...] o objeto das ciências sociais deve ser estudado tal qual o das ciências físicas, a pesquisa é uma atividade neutra e objetiva, que visa descobrir regularidades ou leis, onde o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Considerando que cada área de estudo tem as suas particularidades, a cientificidade é o que torna ou permite possibilidades de diálogo entre as ciências. A partir daquilo que são as características consegue-se encontrar elo de união entre as mais variadas áreas da ciência. Neste sentido, as propriedades específicas de cada área na forma como encontra e sistematiza os seus achados em campo é que diferencia uma da outra.

Segundo Creswell (2007, p. 84),

Os diferentes procedimentos qualitativos apresentam um grande contraste com os métodos da pesquisa quantitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos se baseiam em dados de textos, imagens, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação.

No mais (Creswell, 2007, p. 86),

A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural. O pesquisador qualitativo sempre vai ao local (casa, escritório) onde está o participante para conduzir a pesquisa. Isso permite ao pesquisador desenvolver um nível de detalhes sobre a pessoa ou sobre o local e estar altamente envolvido nas experiências reais dos participantes.

Dentro desse quadro, é importante destacar a perspectiva interdisciplinar da pesquisa qualitativa. Vez em que permite estabelecer diálogo com outras áreas de conhecimento sem perder as suas principais características.

3.2 ESTUDO DE CASO EM AÇÃO: ARGUMENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Considerando a etimologia e/ou a tradição do estudo de caso, isto é, das ciências médicas consiste no processo de analisar profunda e detalhadamente uma dada problemática tendo em conta as diversas possibilidades de compreensão que o problema ou caso estudo pode fornecer à pesquisadora. De outra forma, a pesquisadora que adota o estudo de caso como

método analítico e interpretativo consegue apreender o conhecimento de forma mais ampla a partir de um único fenômeno estudado (Goldenberg, 2004).

Para Goldenberg (2004, p. 33),

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada na totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, visando compreendê-los em seus próprios termos.

Ademais, segundo ela (Goldenberg, 2004, p. 33-34):

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, visando apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística.

Diante do exposto, existe algo interessante no estudo de caso: as propriedades possíveis de serem apreendidas no ato da pesquisa que outros métodos não proporcionam. Falo de situações não quantificáveis, tais como: atos de violências psíquicas, sentimento de culpabilidade que muitas mulheres têm quando se separam de relacionamentos abusivos, sentimentos identitários, entre outros. A profundidade dessas questões vai para além de números, isto é, a pesquisadora precisa estar bem situada e enquadrada sobre o assunto de modo que possa extrair aquilo essencial para a investigação (Meirinhos; Osório, 2010).

Dessa forma, o estudo de caso coloca em evidência elementos que, por exemplo, uma abordagem estatística poderia deixar de fora. Em outras palavras, se os estudos estatísticos se preocupam com que frequência uma variável pode se manifestar num determinado estudo, ou melhor, apontando para a média em série e/ou em conjunto, o estudo de caso como não considera apenas a frequência da variável em conjunto para a análise e interpretação, mas também considera as propriedades particulares do caso estudado tal como já foi referido anteriormente (Goldenberg, 2004; Meirinhos; Osório, 2010).

Nessa linha de pensamento, Goldenberg (2004, p. 34-35), ressalta que:

Não é possível formular regras precisas sobre as técnicas utilizadas em um estudo de caso porque cada entrevista ou observação é única: depende do tema, do pesquisador e de seus pesquisados. Como os dados não são padronizados e não existe nenhuma regra objetiva que estabeleça o tempo adequado de pesquisa, um estudo de caso pode durar algumas semanas ou muitos anos. O pesquisador deve estar preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e com descobertas inesperadas, e, também, para reorientar seu estudo.

É interessante como a autora chama atenção sobre a flexibilidade no processo de pesquisa. Uma vez que, a pesquisadora em certa medida deve ser flexível quanto a sua metodologia. Com isso, é imprescindível perceber que o campo as técnicas de coletas de dados não devem ser padronizadas e definitivas. Porque o campo apresenta as suas realidades. Tal como foi o meu caso: optei em realizar entrevistas em profundidade, mas, a aplicação do questionário exigiu-me uma dinâmica diferente no que diz respeito à duração das entrevistas e a ordem das perguntas. Em outras palavras, tive que acompanhar a dinâmica do campo conforme as minhas colaboradoras se manifestaram.

3.3 ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE OU ABERTA

A entrevista em profundidade, ou entrevista aberta, tem uma particularidade interessante. Visto que, possibilita à pesquisadora e às interlocutoras um momento único de diálogo mais aprofundado. Neste momento ímpar de diálogo entre a pessoa que pesquisa e a autora que está colaborando em fornecer dados ou informações, gera-se um ambiente familiar, permitindo, assim, autoconhecimento e reconhecimento entre ambas.

Entrevistas em profundidade, por ser uma das técnicas muito utilizadas na abordagem qualitativa, proporcionam a interatividade e envolvimento entre as pessoas, tomando uma característica mais humanística. Creswell (2007, p. 186) afirma que:

A pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos. Os métodos de coleta de dados estão crescendo e cada vez mais envolvem participação ativa dos participantes e sensibilidade aos participantes do estudo. Os pesquisadores qualitativos buscam o envolvimento dos participantes na coleta de dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas no estudo.

Dentro desse quadro, observa-se que para a pesquisadora de abordagem qualitativa interessa-lhe, mais do que nunca, o comprometimento das interlocutoras com a pesquisa. Essa forma de engajamento que a pesquisadora busca nas participantes da pesquisa torna-se evidente no processo de entrevista em profundidade ou aberta (Richardson et al., 1999).

Tal como Goldenberg (2004), fala: a entrevista tem relevância no processo de coleta de dados, sobretudo quando as informações vêm de pessoas que conhecem bem o assunto da pesquisa. Revelando-se capazes de fornecer conteúdos credíveis para a validação da investigação. Outrossim, a autora enfatiza, também, a necessidade de realizar as entrevistas com pessoas de diferentes níveis de conhecimento da temática do estudo. Isto porque, segundo ela, possibilita dar voz a pessoas que nunca foram ouvidas.

Para Boni e Quaresma (2005, p. 74),

[...] atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisa dos conceitos relacionados. Em relação à sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas numa conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e, apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante.

Na mesma linha de pensamento, as autoras prosseguem.

A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos [...].

Percebe-se as entrevistas em profundidade ou aberta, potencializa o processo de coleta dos dados, à medida que a pesquisadora consegue flexibilizar o seu roteiro de campo em função das dinâmicas e da realidade que o campo apresenta. Em outras palavras, tal como já foi referido anteriormente, nas entrevistas em profundidade a pesquisadora consegue articular, ao mesmo tempo, vários assuntos e extrair o essencial para a sua pesquisa.

3.4 APRESENTANDO O DESENHO DA PESQUISA

Apresento como foi articulada metodologicamente esta investigação. Antes de tudo, é importante ressaltar que os procedimentos utilizados nesta pesquisa aparecem com mais detalhes no processo de análise e interpretação dos dados. Também é importante salientar que as pessoas que colaboraram com as entrevistas não serão identificadas nesta pesquisa com os nomes próprios, serão chamadas de agentes. Apresentadas da seguinte forma no texto: agente 1 ou A1. No total, foram quatro colaboradoras. Sendo que o questionário contou com sete questões orientadoras. Conforme se pode ver a seguir:

Quadro 1 - Questionário das entrevistas

N.º	Questão
1	Como funciona a estrutura administrativa do Cram?
2	Como é estabelecida a relação do Cram com outras instituições da rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município de São Francisco Do Conde (na sua área)?
3	Quais os maiores obstáculos que o Cram MF enfrentou de 2019 a 2023 (na sua área)?
4	Como são realizadas as ações de combate à violência doméstica contra as mulheres, da rede estadual (SPM- Ba), e municipal no Cram MF?
5	Quais as ações de combate à violência doméstica foram implementadas pelo Cram MF durante o período de 2019 a 2023?
6	Quais os resultados obtidos com as ações de combate citadas acima?
7	Qual política/ação de combate à violência doméstica você acredita que o Cram necessita para a resolução desses problemas?

Fonte: elaboração da autora.

Para chegar aos resultados, a pesquisa contou com as seguintes etapas: primeiro, como se trata de pesquisa qualitativa, tive que selecionar a minha literatura para fundamentação teórica. Neste sentido, as leituras e fichamentos foram fundamentais neste processo. Na segunda etapa, foi a elaboração do questionário e, ao mesmo tempo, a sistematização de dados teóricos, ou seja, foi o momento em que elaborei o marco teórico da pesquisa.

Já na terceira etapa, realizei o estudo de campo, ou seja, apliquei o questionário da pesquisa. Para tanto, foram dois momentos: a) o envio do link do Google formulário para as minhas interlocutoras. Este processo permitiu estabelecer o contato em forma de pesquisa exploratória; b) aplicação da entrevista com as agentes no Centro. Isto é, com as perguntas elaboradas, marcamos a data de entrevistas, na qual tivemos uma conversa prévia, antes das entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas com telefone celular de marca: Motorola, modelo moto g 22. Elas aconteceram no dia cinco de abril de dois mil e vinte quatro. O quadro abaixo espelha melhor como se procedeu com as entrevistas nesta etapa.

Quadro 2 - Procedimentos das entrevistas

Agente	Faixa etária	Data de envio de formulário	Data de entrevistas	Duração	Instrumento de coleta
Agente 1 (A1).	23 a 45 anos.	03/04/2024	05/04/2024	30 min.	Celular moto, g 22.
Agente 2 (A2)	23 a 45 anos.	03/04/2024	05/04/2024	27 min.	Celular moto, g 22.
Agente 3 (A3).	23 a 45 anos.	03/04/2024	05/04/2024	30 min.	Celular moto, g 22.
Agente 4 (A4)	23 a 45 anos.	03/04/2024	05/04/2024	29 min.	Celular moto, g 22.

Fonte: elaboração da autora.

A quarta parte, e última, foi dividida também em duas partes: em primeiro lugar, após ter feito as entrevistas, fiz as transcrições com ajuda do sete “Tática”. Em seguida, tive que revisar as transcrições de modo a verificar possíveis erros de transcrição. Finalmente, me dediquei a analisar, interpretar e redigir o texto da monografia. Neste sentido, destaco que o exercício de analisar e interpretar foi feito ao longo do texto, ou seja, desde que começou o processo da escrita, as análises estão sendo feitas o tempo todo.

4 CRAM MARIA FELIPA: SUA EXISTÊNCIA E ATUAÇÃO

4.1 APONTAMENTOS SOBRE AS AÇÕES E ATUAÇÃO POLÍTICA DO CRAM MARIA FELIPA EM SFC

O objetivo deste trabalho, foi investigar como tem sido as políticas de atuação do Cram Maria Felipa no combate à violência doméstica em São Francisco do Conde, se fez necessário, adicionar para o trabalho, um pouco das teorias acerca do gênero, e mobilizar as desigualdades de gênero para compreender como o movimento feminista, sobretudo acadêmico, se apropriou destes conceitos, para explicar a problemática da violência contra a mulher. Em seguida, apresento a figura 1 de modo a ilustrar o espaço físico das instalações do Cram Maria Felipa em São Francisco do Conde.

Figura 1 - Cram Maria Felipa



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Neste impasse precisei compreender a conexão das políticas públicas no Brasil, em especial as políticas públicas direcionadas ao gênero, para estabelecer uma articulação com o conceito de gênero na perspectiva acadêmica e social, então descobrir, que essas políticas bebem da literatura de gênero, e se embasam justamente nela para a criação dos mecanismos de coibição, prevenção e punição da violência de gênero contra as mulheres no Brasil, e em diversos países.

Por isso, me questionei sobre como chegar às respostas de que necessitava para o êxito dessa pesquisa? Precisei ir um pouco mais a fundo para obter as informações acerca de quais ações de enfrentamento da violência de gênero contra a mulher, este Centro tem se utilizado para o acompanhamento às mulheres atendidas por ele? Tendo em vista que, pude compreender que centros como os Cram, necessitam de cooperação mútua com uma rede, que no caso dos Cram, são a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, essa rede corresponde a instituições que atuam em diferentes áreas, como; jurídico, saúde, social, entre outras.

Assim sendo, resolvi utilizar as informações que obtive sobre a rede para análise dos desafios, por perceber que quase todos os desafios que o Cram Maria Felipa vem enfrentando perpassam pela sua relação com a rede de enfrentamento. Então precisei analisar, os principais desafios para a implementação e manutenção dessas ações a partir da rede, visto que as mulheres em situação de violência, necessitam que essas parcerias sejam funcionais para que os recursos/políticas públicas, criadas pelos governos, federal e municipal, cheguem até elas.

Outra questão que não poderia passar despercebida, é que o Centro fica localizado numa cidade do interior, onde geralmente as mulheres são menos incentivadas a ter uma profissão, fazer ensino superior e etc., observo que isto está associado às relações de gênero. Diante disto, este trabalho se propôs a investigar, os impactos que as ações do Cram Maria têm trazido na vida das mulheres atendidas pelo Centro. onde concluir que, as ações de enfrentamento à violência contra a mulher no município de São Francisco Do Conde, são impactadas pelos desafios que o centro vem enfrentando.

A pesquisa ocorreu na sala de reunião do Cram, onde utilizei o auxílio de um questionário com 6 perguntas elaboradas pela pesquisadora, e enviado previamente para o e-mail da instituição. A pergunta de número 1 teve como objetivo pontuar sobre a estrutura física e administrativa do Cram Maria Felipa; por isso, é irrelevante nessa análise.

As perguntas de 2 a 3, foram pensadas para entender melhor como funciona a colaboração do Cram Maria Felipa com outras instituições da rede de atendimento, e nas perguntas de 1 a 6, buscou se entender diretamente sobre as ações de enfrentamento que o centro mobiliza, para enfrentamento da violência contra a mulher. Usei também o auxílio de um celular, que serviu para gravar a entrevista. Todas as perguntas foram direcionadas para a coordenação do Cram, e as perguntas 2,3,6 foram direcionadas para as outras 3 funcionárias do centro que colaboraram com a pesquisa, e que chamarei de agentes.

Pergunta 2: Como é o estabelecimento dessa relação do Cram com outras instituições da rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município de São Francisco do Conde?

A articulação com os demais profissionais do serviço da rede tem como estratégia de intervenção que deve ser elaborada de forma integrativa, comunicativa, contar os procedimentos de articulações que são a segura de natureza cível e criminal. Via encaminhamentos, estudos de casos, via contatos pelo WhatsApp, e-mail e outras vias” (Entrevista com a agente 4 em: 05/04/24).

A resposta da agente 4, se relaciona a ênfase dada por Hickman e Heck, em sua pesquisa intitulada; igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas Capítulo X, realizada no Centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência, Rejane Marisa Dal Bó – CRAM de Foz do Iguaçu/Paraná. ao afirmar que: “Além dos trabalhos de prevenção e os atendimentos realizados pela unidade, o Centro também tem como função articular a rede de atendimento do município.

Conforme a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência, é um dos deveres do CRAM Hickmann e Heck. 146). A integração das redes de atendimento, destacadas pelas autoras e pela agente 4, possui um viés estabelecido no pacto nacional, onde os gestores municipais foram responsabilizados pela integração da rede de atendimento em seus municípios. (Nacional, 2010).

Quais os maiores obstáculos que o Cram Maria Felipa enfrentou do ano de 2019 e até 2023?

Dentre os obstáculos enfrentados pelo Cram MF, O período da pandemia do coronavírus, sinalizou problemas que antes não tinham tanta importância, especificamente, quando o Cram perdeu contato físico com as atendidas, e esse contato precisou ser restabelecido por meio, de aparelho telefônico, por mensagens via *WhatsApp*.

Foi a primeira vez que estabelecemos contato com as mulheres por meio de mensagens, antes os atendimentos só aconteciam de maneira presencial, ou por ligação, quando era algo mais urgente, como, por exemplo, acompanhar, assistir até a delegacia, e fazer o seu atendimento lá mesmo, mas era atendimento a distanciamento, através do telefone a gente orientava e fazia os débitos. (Entrevista com a agente 4 em: 05/04/24).

O ponto desta questão, ligado à comunicação no período pandêmico, se destacou como obstáculo ao acesso das usuárias poderem acessar o Cram, a questão social e econômica das usuárias também cooperou negativamente para as ações de rotina da instituição, isso ficou melhor explicado, nas falas da agente 1.

Então, quando cheguei aqui, a gente ainda estava passando por aquele período de pandemia. Então, no início, um dos obstáculos foi em relação ao atendimento mesmo. Não tinham atendimentos presenciais, os atendimentos eram online, e algumas mulheres não tinham como acessar esse tipo de atendimento por conta de internet, não

tinham o aparelho celular para poder fazer o atendimento online. E também por uma questão de acessibilidade. Algumas não tinham como acessar o serviço por conta de problemas financeiros mesmo. Então, o número de mulheres que acessaram o psicológico nesse tempo foi bastante reduzido. E aí era muito difícil de conseguirmos consolidar essas mulheres nos atendimentos psicológicos (entrevista com a agente 1 em: 05/04/24).

A pandemia do coronavírus acentuou as desigualdades enfrentadas no cotidiano do povo brasileiro, e nesse caso, as enfrentadas por mulheres, em situação de violência, com dependência financeira do companheiro. Essa dependência, financeira, está diretamente ligada às desigualdades excetuadas pela distinção do sexo/gênero, salientadas por Saffioti, (1999), e mais especificamente, pelo “poder do macho”, intermediados pelo patriarcado, que vai direcionar o gênero feminino ao campo privado, onde o homem possui autorização social para delimitar a vida da mulher, Saffioti, (1999, 2001 e 2004), transformando as desigualdades entre o gênero e o poder dado ao macho, na dependência financeira da mulher.

No Cram Maria Felipa, a questão vulnerável dessas mulheres influenciou e influência diretamente, e negativamente, as ações de combate a violência contra a mulher implementadas pelo centro, em ações, até mesmo de procedimentos de rotina como; o atendimento psicológico, pontuado com ênfase, pela agente 1.

Outra questão ligada tanto a rede de atendimento, como a questão econômica e social das usuárias do Cram, e acontece com frequência, segundo as agentes, é que qualquer demanda que a assistência social do Cram precisar mobilizar, como, por exemplo, contemplar uma mulher em situação de violência com um benefício social, as mulheres atendidas pelo centro, precisam corresponder aos critérios do benefício em petição, o fato é que algumas mulheres em situação de violência, não possui sequer um comprovante de residência em seu nome, quando o imóvel pertence ao agressor, nesse caso, a maioria dos programas de transferência de renda, exigem comprovante de residência no nome da solicitante.

Quando questionadas sobre a mobilização de benefícios sociais para atender uma mulher em situação de violência que, por exemplo, não tenha para onde ir, e/ou vive, em situação de vulnerabilidade social e econômica, as agentes demonstraram não ter muito controle sobre essa questão, revelando tensão com o centro de Referência e Assistência Social, o (CRAS), parceiro da rede de atendimento.

Acredito que aqui no Cram é autonomia. Porque quando a gente acolhe essa mulher, a gente identifica que com ela existem vários problemas, para que ela saia daquele meio, no meio em que ela está em violência. E quando a gente não tem autonomia, que depende do outro para que isso aconteça, eu acho que é a maior dificuldade. Porque às vezes o meu interesse não é o interesse do outro. No caso, vamos supor, ao chegar essa mulher aqui, a gente caminha, a gente diz, o CRAS, para uma questão de

benefício. O CRAS tem seus objetivos lá dentro, de atender aquela demanda que é do CRAS, a gente fica na expectativa, na espera de ele atender primeiro a prioridade dele e depois a nossa. Então, eu acredito que se o Cram tivesse autonomia, ou, por exemplo, uma questão financeira que a gente pudesse tirar essa mulher, essa mulher chegou aqui em situação de violência e precisa ter uma casa para alugar. E se a gente tivesse essa renda aqui, essa mulher seria acolhida e infelizmente ela não é! Então a gente tem que caminhar para outro equipamento, (entrevista com a agente 2 em: 05/04/24).

Para a agente 2, essa questão é um dos obstáculos enfrentados pelo Cram MF, essa problemática está relacionada à falta de autonomia financeira do Cram. Se por um lado, as mulheres em situação de violência do município de São Francisco Do Conde, precisam ser atendidas por quem possui capacitação para compreender sua situação, o Cram precisaria então, ter autonomia e suprir as necessidades de suas atendidas, seja ela qual for! O centro possui duas assistentes sociais, mas não tem orçamento para nada, nem para custear as ações, e muito menos para apoiar as mulheres, para elas poderem refazer suas vidas, criar seus filhos, (em caso de situação de vulnerabilidade social e econômica). Segundo o inciso 1º do artigo 9º, da lei Maria da Penha.

O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal. Sobre essa questão, as agentes afirmam, que embora por intermédio do juiz, os benefícios sejam rapidamente concebidos, por vezes, essas questões não são vistas como prioritárias.

A questão financeira, também parece bastante incômoda, no Cram, Marisa Dal Bó/PR. Hickmann e Heck, (2020) corroboram que a ausência de orçamento público e de recursos federais, interferem diretamente na atuação dos serviços de enfrentamento à violência contra a mulher.

Outro componente negativo, que aparece como obstáculo, e que está ligado à rede, são as questões de ordem judiciais.

A morosidade da justiça mesmo é o meu maior obstáculo, porque vejo isso também como uma forma de perpetuar a violência, eu imagino você que sofreu violência, quer se separar do seu marido, quer regularizar os bens que vocês têm, que aqui há a Divisão de Bens, a regulamentação de guarda e esse processo se estende até hoje, hoje estamos em 2024, e eu tenho processos de 2018 (entrevista com a agente 3 em: 05/04/24).

A morosidade com a justiça, destacada pela agente 3 como um dos maiores obstáculos enfrentados no Cram, reflete, as dificuldades diárias que mulheres em situação de violência encontram para desvincular-se totalmente de seus agressores. Não é de hoje que as mulheres

em situação de violência possuem problemas com a questão judicial, existem muitos relatos de mulheres que foram completamente desacreditadas ao prestar queixa de uma violência. Isso é destacado pela agente 3 ao falar dos motivos de implantação do (NUDEAM).

Por isso que a gente implantou o Nudream também, porque quando a mulher chegava lá, violentada, ainda tinha que ouvir; por que seu marido lhe bateu? como se alguma ação que essa mulher fizesse justificasse a agressão! Então, por isso que nós implantamos o Nudream, e mesmo com esses profissionais, a gente ainda, infelizmente, lida com o machismo diariamente, (entrevista com a agente 3 em: 05/04/24).

Ao justificar o fato do Cram possuir um núcleo na delegacia de polícia civil. O machismo dos operadores é uma questão que não passa despercebido na fala da agente 3. Isso, novamente, possui um elo, na problemática trazida por Saffioti (1999), acerca dos papéis e das desigualdades de gênero, onde o patriarca possui o poder de delimitar o que ele considera por desviante ou fora da norma.

Nesse caso, este poder é validado pelos operadores jurídicos, que geralmente são homens, pessoas do sexo masculino que operam o marxismo, e trabalham para a manutenção do patriarcado, por se beneficiarem dele. outrossim, essas questões são ressaltadas em São Francisco Do Conde, por ser uma cidade do interior, onde, geralmente, os policiais conhecem a família e são amigos dos abusadores. Isso também foi pontuado pela agente 3.

Então, por exemplo, as meninas que trabalham no Nudream, que estão na delegacia, que é um ambiente majoritariamente composto por homens, e vive em uma cidade pequena como São Francisco do Conde, que a maioria desses trabalhadores moram aqui e conhecem as pessoas. Muitas vezes conhecem os agressores. Então, no Nudream tem a dificuldade do respeito a essa mulher (entrevista com a agente 3 em: 05/04/24).

Outro problema enfrentado pelo Cram, que se relaciona à questão de a cidade ser pequena, onde muitas pessoas se conhecem, é na questão da manutenção das usuárias no atendimento psicológico,

Eu já tive um caso de uma pessoa que chegou aqui com relatório, com prescrição do psiquiatra, só que ela interrompeu porque o agressor falava constantemente que ela era louca, e que ia falar para todo mundo que ela tomava medicamento, que o que ela estava falando era mentira, que ela estava surtando. Então ela parou de tomar os medicamentos, ela parou de ir para o CAPS para os atendimentos com psiquiatra, porque ela falou que ela não era louca, e então interrompeu o tratamento, (entrevista com a agente 1 em: 05/04/24).

Infelizmente, as questões que envolvem a saúde mental ainda são tabus em muitos lugares, o fato de consultar um psiquiatra, e até mesmo um psicólogo, ainda é associado a “coisa

de maluco”, por isso, esse pretexto é utilizado, de forma covarde e arbitrária por abusadores para a manutenção de mulheres na situação de violência, isso exime o violador da responsabilidade pela violência. Para Einhard e Sampaio (2020), esse ato de colocar a culpa no outro, revelam uma transferência de responsabilidade do ato de violência. Embora esses argumentos sejam muito utilizados pelos violadores, a violência, essa violência, seja de qualquer expressão, traz danos, por vezes irreversíveis na vida de quem as sofre, a agente 1, revela que é muito comum, mulheres procurarem o centro, com relatórios psiquiátricos, quando se encontram já no estopim da violência.

Outro ponto que dificulta a consolidação dessas usuárias nos atendimentos psicológicos, são diversas demandas que essas mulheres precisam enfrentar quando chegam no centro. Embora isso aconteça com frequência no Cram, para a agente 1, as diversas questões de ordem jurídica e social, são muito mais procuradas por elas nos primeiros contatos com a instituição.

A gente realmente tem um pouco de dificuldade em relação à adesão dessas mulheres e algumas atividades que a gente propõe aqui no serviço. E a área psicológica é uma delas. Essa questão das mulheres vive com frequência. Sim, eu acredito que quando elas chegam aqui, elas querem resolver logo questões jurídicas e sociais, porque são algo, tipo, são coisas urgentes naquele momento, que elas estão precisando salvar a vida delas e a vida dos filhos. E o psicológico fica para depois (entrevista com a agente 1 em: 05/04/24).

Sendo assim, a falta de adesão ao acompanhamento psicológico, se configura como desafio, para as ações de combate do Cram Maria Felipa. Se por ordem de urgência, ou por medo da represália social, o fato dessas mulheres não considerarem o tratamento psicológico como prioridade, é no mínimo preocupante, visto que 1) a violência psicológica possui índices altíssimos no mapeamento de violência de gênero no país, 2) muitas mulheres não se veem como vítimas dessa violência, mesmo narrando fatos de violências domésticas sofridas por elas.

Outrossim, pelo silêncio e falta de informação da violência psicológica, é bem provável que ela seja bem menos reconhecida como violência, isso faz com que esses números, sejam bem mais altos do que se tenha notificado. 3) No cenário doméstico é provável que todas as outras violências tenham sua raiz na violência psicológica, (Saffioti, 2015) e Silva (2007). Isto então nos leva a ideia de que, os violadores dessas mulheres, experimentam a violência psicológica primeiro, para depois introduzir outras violências Neal (2018). Além de que, a violência psicológica/ emocional, tem como efeito, a destruição da autoestima e da autoconfiança, Segato, (2023, p.15). com sua autoestima fragilizada, é bem pouco provável que essas mulheres se sintam capazes de se sustentarem financeiramente.

4.2 AS AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER DESENVOLVIDAS PELO CRAM

As ações realizadas pelo Cram acontecem de duas formas: A primeira compete às ações da agenda da secretaria de política para as mulheres do Estado da Bahia, a (SPM/BA), e a segunda, são ações de agenda do próprio Cram. De 2019 a 2023, as ações realizadas pelo Cram foram: panfletagem, palestras, rodas de conversa e visitas nos PSF s da cidade. As atividades externas, como visitas em PSF, têm como objeto levar conhecimento sobre os direitos das mulheres e sobre o próprio Cram.

As ações realizadas no Cram, são por meio de campanhas informativas sobre o seu funcionamento e atuação no município De São Francisco Do Conde, são as campanhas de carnaval, palestras nos CRAS e PSF s, principalmente, o Março Mulher, onde fazemos o setembro amarelo, e o agosto de Lilás também, que é uma campanha de prevenção da violência doméstica contra a mulher, e também atividades internas com as assistidas, são elas; o dia das mães, São João, Sétima Marela, Natal, tudo isso a gente faz as atividades e as ações, as assistidas e por fora com a população em geral. (Entrevista com a agente 4 em: 05/04/24).

As atividades com a população geral têm por foco, informar e debater em lugares em que essas discussões não são comuns, como bares, hostels, campos de futebol, entre outros. O objetivo é prevenir, também, a partir da informação e do debate (Hickmann e Hack, 2020). Se por um lado as ações de combate, em PSF s, são importantes para o acesso a mais mulheres que necessitam de acompanhamento no CRAM Maria Felipa, de outro, os agentes consideram que essas atividades ainda não são suficientes, visto o baixo número de mulheres que procuram o centro, por intermédio dessas ações.

Quando questionadas, quais ações elas acreditam que dariam certo neste caso, a divulgação de rua lhes pareceu bastante atrativa, “É a divulgação mais ainda, em outdoor, que a gente já pediu, carro de som, tudo isso, isso é importante. E principalmente a divulgação em festas, São João, Lavagem, está divulgando em serviços que a Prefeitura oferece” (Agente 4). Percebe-se, que o Cram, além de sua responsabilidade com expansão de conhecimento sobre a violência contra as mulheres para a prevenção, tem o compromisso de vínculo com suas assistidas, é nítida a preocupação que essas agentes têm com essas mulheres. Percebo também, que se por um lado faltam recursos, também não falta vontade de trabalhar e tornarem a situação mais favoráveis para quem tanto necessita.

Dentre as falas das agentes do centro, a preocupação com a vida pós-abusos das usuárias fica evidente. acredito que pelo tempo que elas ficam em responsabilidade sobre os novos

rumos de vida que elas irão tomar. As DEAMS, SUS, entre outras instituições da rede, geralmente fazem um trabalho de acolhimento rápido e as devolvem para suas vidas. O Cram fica com elas por bastante tempo, até que a violência seja superada.

Não é só vir aqui e atender, porque às vezes fica parecendo que o que a gente está aqui, porque é obrigação nossa fazer aquele trabalho, você está sendo pago para isso, então você fará, só que vejo que é muito, além disso, sabe, é uma vida, é uma história, não só uma, como da família dela, o completo, enfim, (entrevista com a agente 1 em: 05/04/24).

Diante de tantos problemas, faz-se necessário a descoberta de novos caminhos. Quando questionadas sobre a necessidade do Cram, e quais seriam políticas/ ações importantes para a resolução de problemas que o Cram vem enfrentando, de maneira unânime a problemática da dependência financeira, apareceu mais uma vez, como contraponto a novas políticas.

Algumas mulheres chegam aqui e querem fazer um curso técnico, querem fazer um curso de confeitaria, de manicure, entre outras coisas, elas ficam limitadas, porque, financeiramente, falando, não é possível, como benefício não é possível pagar as contas em casa e fazer um curso. Uma casa de acolhimento da mulher. Acho que seria o ápice aqui dentro do Cram. A gente teria muito mais visibilidade, além dessa Casa da Mulher, se a gente implementasse a questão do mercado de trabalho. Que essa mulher seja inserida em algum curso técnico, para criar empoderamento para elas. Porque muitas vezes as mulheres são dependentes do marido (entrevista com a agente 2 em: 05/04/24).

Para as agentes 2 e 3, os cursos técnicos e/ou profissionalizantes, além de uma demanda das próprias assistidas pelo centro, seria então uma maneira dessas mulheres enxergarem-se, como agentes de suas vidas. A agente 1 reflete novamente sobre a vulnerabilidade dessas mulheres, que, geralmente, os benefícios sociais são a única forma de renda encontrada para sua sobrevivência. Para a agente 2, se o Cram tivesse a possibilidade de ofertar cursos técnicos para as assistidas, traria bons resultados, para busca do empoderamento e conseqüentemente a liberdade financeira dela.

Isso tem relação com que Segato ressalta que as marcas da violência possuem efeito de minar a autoestima e autoconfiança das mulheres, por isso, é necessário o resgate da autoestima das mulheres em situação de violência. Por tanto, é correto afirmar que ações que promovem o resgate da autoestima e da autoconfiança também são ações de combate à superação da violência contra a mulher.

A reflexão acerca dos cursos técnicos, como forma de superação da dependência financeira e do resgate da autoestima das mulheres atendidas pelo Centro, reflete, novamente,

a falta de cooperação da rede e a ausência de políticas públicas municipais mais assertivas e acessíveis a esse público.

Já informamos isso aqui em um momento específico, a gente deu a ideia de, por exemplo, no CRAS, algumas mulheres que vêm para cá, elas também fazem acompanhamento no CRAS, e lá eles têm o curso de confeitaria, de alvo de paz com algo do tipo, e a gente pensou em ter uma quantia de vagas específicas só para as mulheres que se acompanharem dá cronograma, porque quando a gente vai saber do curso já passou, já aconteceu, não tem mais vagas, a gente não tem tempo de anunciar o curso aqui para que elas façam a inscrição, (entrevista com a agente 1 em: 05/04/24).

Às vezes, muitas mulheres continuam no relacionamento, já fez o psicológico, já sabe que tem que se livrar desse relacionamento, mas elas continuam com esse homem por conta da independência econômica. Então, eu acho que se a gente tivesse uma forma de capacitar primeiramente essas mulheres com cursos profissionalizantes, com palestras, com elementos que trouxesse um meio de inserir essas mulheres no mercado de trabalho e fizesse também com que os setores do município, seja comércio, seja a própria prefeitura mesmo, através das empresas que trabalham aqui. teve um projeto da SEDES que era Maria nas obras, e que ensinou várias mulheres a trabalhar na obra, com pintura, fazer a massa, enfim, como serviço de pedreiro e de pintor. E aí, as empresas que eram contratadas pela prefeitura estavam pegando muito dessas mulheres também para trabalhar e o que a gente quer aqui no CRAM é que as nossas mulheres daqui do CRAM sejam vistas para isso também, que os cursos que tenham no município ou, se possível, fora também, que a gente consiga ofertar para essas mulheres para que elas consigam se empoderar, (entrevista com a agente 3 em: 05/04/24).

As reflexões feitas pelas agentes 1 e 3 se complementam, se de um lado existem programas voltados para mulheres no município, e as mulheres do Centro não são priorizadas, isso revela que o município de São Francisco Do Conde, está em falta com seu compromisso estabelecido pelo pacto nacional, em que/se comprometeu em articular a rede para o combate das desigualdades de gênero, e violência de gênero, geradas por esta desigualdade, (Nacional, 2010).

A falta de oportunidades, tem levado essas mulheres a permanecerem em relacionamentos degradantes, e/ou a estabelecer novos vínculos amorosos com parceiros com o mesmo perfil de violentador. Diante do exposto, percebe se que o município de São Francisco Do Conde, não tem sido vistoriado pela SPM/BA como estabelece pacto, pois o município não possui sequer uma política municipal de enfrentamento à violência contra as mulheres, deixando todo o trabalho e responsabilidade para a rede, que por sua vez possui problemas de comunicação, e em alguns casos, não incorpora o problema da violência de gênero, e seu devido grau de importância que necessita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da violência doméstica contra a mulher, mesmo apesar de muito diálogo, é ainda, um dilema que afeta a maioria das mulheres em nossa sociedade. compreender sobre as teorias de gênero, massivamente destrinchadas pelo movimento feminista e de mulheres em todo o mundo, é um dos primeiros passos a serem dados para entender este fenômeno. Pois foi através da temática de gênero, mais especificamente dos conceitos de patriarcado e performatividade, e/ou papéis de gênero, que oportunizou o aprofundamento dos debates que aqui fizemos.

A literatura acerca das políticas públicas, em especial, as políticas públicas de gênero, se fez de extrema importância para os resultados acerca da problemática, além de que, são as conquistas importantes, destes movimentos sociais, que representam avanço na busca pelos direitos humanos e independência das mulheres. Em torno destes avanços, consideramos chegarmos ao entendimento de como estas políticas públicas funcionam num cenário bem menor, o cenário municipal, ao serem neles (nos municípios), longe de toda a propaganda, que a problemática em torno da violência de gênero contra as mulheres é acentuada.

As limitações encontradas, foram muitas. A princípio, o projeto desta pesquisa foi desenhado para compreender a dimensão da violência psicológica em relacionamentos abusivos, no entanto, tive dificuldades em encontrar professores que se interessassem pela temática. Nesta pesquisa, tive dificuldades para encontrar dados atualizados, acerca da população de São Francisco Do Conde, (Cidade da pesquisa). No Cram em especial. fui muito bem recebida pelas agentes, que se mostraram preocupadas em ter fornecido todas as informações que a pesquisa necessitava, muito embora tenha tido dificuldades, com informações simples como mapeamento da quantidade de usuárias do Cram Maria Felipa, pois o centro não possui este controle.

Decerto, podemos responder que as ações de enfrentamento a violência de gênero no Cram Maria Felipa, tem sido por meio de: palestras, em PSF s, rodas de conversa, passeatas e panfletagens nas ruas, além das ações demandadas para toda a rede estadual, como as campanhas: março Mulher e setembro lilás, e dos serviços de rotina, estabelecidos na norma técnica, como os atendimentos de ordem jurídico, social e psicológico. Diante dessas ações, analisamos que os principais desafios para a implementação e manutenção delas estão diretamente relacionados à falta de políticas públicas municipais e à ausência de cooperação mútua dos parceiros da Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher.

A ausência de políticas públicas municipais de combate à violência de gênero contra a mulher faz com que o debate, assim como as necessidades dessas mulheres atendidas, não passe das portas do CRAM. O Cram Maria Felipa, assim como outros centros de referência e atendimento à mulher, não goza de autonomia financeira e jurídica para resolver a questão que mais afeta as mulheres atendidas pelo centro, a questão financeira. A autonomia na questão jurídica do centro também se limita à decisão do judiciário, que por vezes solicita mais tempo para chegar a um veredicto.

Assim obtivemos as respostas de que, a ausência de políticas públicas, e a falta de cooperação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município de São Francisco do Conde, impactam diretamente na decisão de rompimento do relacionamento abusivo, pois a dependência financeira, faz com que essas mulheres, mesmo compreendendo que estejam em um relacionamento degradante, optem por sua subsistência.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat., México**, n. 14, out. 2008. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S1870-350X2008000300012 & lng=pt\u0026nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt\u0026nrm=iso). Acesso em 30 ago. 2023.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 449-469, 2014.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BRASIL, Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília–DF: Ministério da Saúde; 2011. Disponível em >[Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres](#). Acesso em 02/03/2024.
- BRASIL. Norma Técnica de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006a.
- BUGNI, Renata Porto. **Políticas públicas para as mulheres no Brasil**: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal. 2016. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, University of São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.100.2017.de-29092016-192652. Acesso em: 2024-03-
- BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes**: feminismo e a questão do pós-moderno. Cadernos PAGU, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed. trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre. 2007.
- Dados de violência contra a mulher no brasil: IPEA
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>.
- DE ALCÂNTARA, Patrícia Pereira Tavares et al. Mulheres vítimas de violência atendidas em um centro de referência de atendimento à mulher. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 2, 2019.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.
- GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em tese**, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

HICKMANN, Ana Luiza; HECK, Kiara. Centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência Rejane Marisa Dal Bó–CRAM de Foz do Iguaçu/Paraná. Por Elas e por nossas lutas, p.139 - 149, 2020.

INSTITUTO AVON <https://institutoavon.org.br/metade-das-mulheres-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica-aponta-mapa-da-violencia/>. acesso em 09/04/2024.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016. pp. 32 - 60.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero: uma ofensiva reacionária transnacional. **Tempo e Presença**, v. 32, p. 1-22, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 333-357, 2008.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EduSer**, v. 2, n. 2, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 6. Ed. Petrópolis–RJ: Vozes, 2007a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 6. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007b.

MINISTÉRIO DA MULHER <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/fevereiro/ligue-180-recebeu-1-558-ligacoes-por-dia-em-2023>. acesso em 09/04/2024.

NEAL, Avery. **Relações destrutivas: Se ele é tão bom assim, por que me sinto tão mal?** . Editora Gente Liv e Edit Ltda., 2018.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista estudos feministas**, v. 8, n. 02, p. 09-41, 2000.

OAKLEY, Ann. Sexo e gênero. **Revista Feminismos**, v. 4, n. 1, 2016.

PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia, (ONGs). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Ed.Belo Horizonte, 2013, pp. 55 – 79.

PRODUTO interno bruto dos municípios <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/pesquisa/38/46996>. acesso em 09/04/2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. ed. 3. São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 82-91, 1999.

SCOTT, Joan. Gender and the Politics of History. **New York: Columbia University Press**, 1988.

SEGATO, R. Las Estructuras Elementales de La Violencia: Ensayos sobre el género, el psicoanálisis y los derechos humanos. Quilmes: Prometeo, 2003.

SERVIÇOS e informações do Brasil. CRAM - Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 93-103, 2007.

SOBRE MARIA FELIPA [https://www.geledes.org.br/as-marias-felipas-de-
hoje/#:~:text=María%20Felipa%2C%20mulher%20Preta%2C%20marisqueira%2C%20que%
20liderou%20um,estavam%20atracadas%20nas%20proximidades%20da%20ilha%20de%20It
aparica.%C2%B4](https://www.geledes.org.br/as-marias-felipas-de-hoje/#:~:text=María%20Felipa%2C%20mulher%20Preta%2C%20marisqueira%2C%20que%20liderou%20um,estavam%20atracadas%20nas%20proximidades%20da%20ilha%20de%20Itaparica.%C2%B4). acesso em 09/04/2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006. SPM/Brasil, Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à violência contra a mulher. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/texto-pacto-enfrentamento-violencia-contra-mulheres.pdf>.

TRONCO, Giordano B. *O Guia De Políticas Públicas: Para Estudantes e Gestores*. 1.ed. Jacarta, 2018.